

Agenda 2030 das Nações Unidas é integrada à Justiça brasileira

O Comitê Interinstitucional, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para realizar estudos de inserção das metas do Poder Judiciário aos indicadores e metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), apresentou, no dia 7 de maio, o I Relatório que aponta as conexões entre a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e as diretrizes da Justiça brasileira.

A solenidade de entrega do documento contou com a presença dos desembargadores federais Kassio Marques, vice-presidente do TRF1, e Maria do Carmo Cardoso, corregedora regional da JF1, e da juíza federal Vânia Cardoso bem como de outras autoridades do Poder Judiciário.

De acordo com o ministro Dias Toffoli, presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), o Relatório contribui para a criação de novos caminhos e a promoção de “ações para acabar com a pobreza, fomentar a prosperidade e o bem-estar para todos, proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas, abrangendo três dimensões: econômica, social e ambiental”. “O trabalho do Comitê e as reuniões sob o formato de Laboratório edificaram os pilares para a consolidação da inserção da Agenda 2030 na pauta do Poder Judiciário”, afirmou.

O documento também sistematiza informações que incluem estudos estatísticos, levantamento do número de ações distribuídas e decididas pelo Judiciário e aborda temas que geram maior número de demandas nas cortes e as respectivas áreas como saúde, educação, questões



previdenciárias, execução fiscal, crime, combate ao crime organizado, organizações criminosas, corrupção.

Na ocasião, o ministro Dias Toffoli anunciou a instituição do Laboratório de Inovação, Inteligência e ODS (LIODS) como um movimento que une o conhecimento, a inovação e a cooperação com o objetivo de se alcançar a paz, a justiça e a eficiência institucional.

Agenda 2030 da ONU – A Agenda, que contempla os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), é um plano de ação que busca prosperidade para as pessoas e o planeta, fortalecendo

a paz universal com mais liberdade. As metas são a erradicação da pobreza, a proteção ao meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável em termos econômicos, sociais e ambientais.

Estes são os acordos mais ambiciosos que a comunidade internacional alcançou em sua história, conforme análise da representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil Katyna Argueta. Segundo ela, esse acordo proporciona mais esperança porque representa uma ferramenta profundamente transformadora. “Esta agenda é uma oportunidade para construir conjuntamente, com todos os setores da sociedade, o país que queremos e merecemos”, concluiu.

O Judiciário brasileiro é o primeiro no mundo a indexar mais de 7 mil indicadores aos ODS, sendo mais de 3 mil a atividades jurisdicionais e mais de 3 mil a ações não jurisdicionais.

A íntegra do relatório pode ser acessada no link: <https://bit.ly/2Ly6cQW>

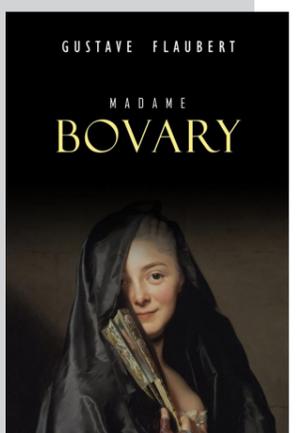
Fonte: CNJ

Leitura Obrigatória

Madame Bovary

de Gustave Flaubert

Este é um romance de Gustave Flaubert, lançado pela primeira vez em 1857. Chamado de “romance dos romances”, é considerado pioneiro dentre os romances realistas, tornando-se famoso por sua originalidade. Posteriormente, levou à cunhagem do termo “bovarismo” na psicologia, em referência às características psicológicas da protagonista. Quando foi lançado, Flaubert foi levado a julgamento pela obra, despertando um grande interesse pelo romance.



O romance conta a história de Emma, uma jovem sonhadora, criada no campo e educada em um convento. De alma burguesa, bonita e requintada para os padrões provincianos, aprendeu a ver a vida através da literatura sentimental. Com a cabeça cheia de fantasias românticas e disposta a sair do campo, casa-se com Charles, um médico interiorano sem nenhuma ambição, mas, pouco tempo depois do casamento, Emma se dá conta de que a vida de casada não era aquele sonho maravilhoso retratado nos livros que lia. Cada vez mais angustiada e deprimida, busca no adultério uma forma de encontrar a liberdade e a felicidade.

Como crítica social, nesta obra é perceptível o direcionamento claro do autor à classe burguesa, a qual ele mesmo fazia parte, sem negar. Emma, além de sonhadora, é uma mulher insatisfeita, mesmo não lhe faltando nada e tendo a possibilidade de comprar o achar necessário, ela afoga a família em dívidas feitas ao longo da trama. É exatamente neste comportamento que percebemos a crítica de Flaubert, se ele declarou ser Emma Bovary, assim como a personagem, ele se viu escravo do consumo. Na verdade, esta personagem representa a rejeição do autor aos burgueses materialistas de sua época. Além disso, Emma também tinha outras características pessoais, na qual o autor pode refletir, como o fato de gostar de criticar e expor muito da sua própria vida.

Fonte: Wikipédia



ESMAF
VI Fórum Jurídico
ESMAF – Núcleo da Seção Judiciária do Estado da Bahia
Análise Econômica do Direito e seus Reflexos no Âmbito Espacial dos Direitos Humanos e Sociais
(Educação – Meio Ambiente – Habitação e Moradia – Saúde – Previdência Social)

Políticas Públicas

Coordenação Geral-Científica
Desembargador Federal Souza Prudente
Coordenação Científica
Juiz Federal Saulo José Casali Bahia
Coordenação Pedagógica
Juiz Federal Pedro Felipe de Oliveira Santos

Dia 10/05/2019 de 9 às 18h
Seção Judiciária do Estado da Bahia
Auditório do Fórum Teixeira de Freitas
Av. Ulysses Guimarães, 2799, Sussuarana, Salvador/BA
e-mail para inscrição: esmaf@trf1.jus.br Telefone: (61) 3217-6646

Aniversariantes

Hoje: Maria Soledade Magalhães Ferreira (NUCJU), Joaquim Marques Neto (Irecê), Alecson Macêdo de Alcântara (Barreiras), Erenilson Sousa de Oliveira (NUASG) e Joselene Campos dos Santos (Mega Service).
Amanhã: Euler Negreiros Cardoso (Turma Recursal), Antônio Luiz Dias (NUCJU), Márcia Nilo do Vale Miguel (23ª Vara), Blandson de Oliveira Soares (Vitória da Conquista), Letícia Dantas Duarte (Itabuna), Karine Pereira Araújo (Eunápolis) e Karine Evelin Souza da Cruz Lima (23ª Vara).

Parabéns!

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Dirley da Cunha Júnior, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão: Setor de Comunicação Social. Encarregada: Rita Miranda. Diagramação e redação: Rodrigo Sarmiento Silva dos Santos. Tiragem: 25 exemplares. Telefones: (71) 3617-2616. Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. Site: portal.trf1.jus.br/sjba E-mail: jfh@trf1.jus.br.